

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA LICENCIAMENTO, E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE Nº. 016/2018.

CONTRATO LOCAÇÃO DE SOTWARE PARA LICENCIAMENTO, E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE-IPARV E BONZAY TECNOLOGIA LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO VERDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Joaquim Mota nº. 914 Vila Santo Antônio no Município de Rio Verde Goiás, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.820.397/0001-56, neste ato representado pelo seu Presidente, **ALEXANDRE SILVA MACEDO**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº. 844.792 841-91, e RG nº. 3495711-7847653 DGPC/GO, residente e domiciliado nesta cidade e do outro lado **BONZAY TECNOLOGIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob. nº. 08.597133/0001-07, com sede na Rua Coronel Vaiano, nº. 1.111, sala 01, Centro, neste ato representado (a) pelo (a) seu (a) representante legal, **ALAN JANIO GUIMARAES AGUIAR**, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 009.140.241-75, RG nº. 4.658.229 DGPC/GO, residente e domiciliado (a) na Cidade de Rio Verde-Goiás, doravante denominados **CONTRATANTE e CONTRATADO (A)**, respectivamente, resolvem celebrar o presente contrato nas cláusulas e condições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – o presente contrato é regido pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e decorre do processo nº. **0079023/2018**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O presente contrato tem como objeto locação de software e prestação de serviços para licenciamento, implantação e manutenção de software, para controle de frequência dos servidores do IPARV, através de relógio de ponto eletrônico, conforme especificações abaixo.

ESPECIFICAÇÕES DA LOCAÇÃO DE SOFTWARE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Item.	Qtd	Descrição da locação de software e prestação de serviços	V. Mensal	V. Total
01	11 (Meses)	Cadastro: - Servidores; - Horários de Trabalho / Parametrizações; - Cargos / Departamentos; - Feriados Fixos / Variáveis; - Justificativas de faltas; - Comunicação com Relógios de Pontos.	190,00	2.090,00



	<p>Horários e Parametrizações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de Horários de Trabalho do tipo semanal a ser cumprida; - Cadastro de Parametrizações de Cálculos de Horas; - Permite configurar várias faixas de horas extras. <p style="text-align: center;">Espelho de Ponto</p> <ul style="list-style-type: none"> - Efetuar cálculos de horas extras, faltas, atrasos, saídas antecipadas, - Lançamentos de folgas e justificativas programadas por período e empresa, controle de afastamentos como férias, maternidade e etc, - Controle de tolerâncias de atrasos e antecipações, - Lançamentos de registros através de papeleta de serviço externo, - Emite vários tipos de relatórios gerenciais como: Espelho de Ponto, Extrato de Banco de Horas. - Resumo de Banco de Horas, Horas Extras por Semana ou Período, relatórios de eventos (Horas Extras, Atrasos, Faltas e compensações) - Exportação de relatórios para vários tipos de formato, como PDF, XPS, RTF, XLS, DOC ou Imagem, - Exportação para Folha de Pagamento (Mediante configuração de Layout). 		
Valor Total		R\$	2.090,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO.

O presente contrato terá sua vigência a partir do dia 01 de fevereiro até 31 de dezembro de 2018, limitado ao respectivo crédito orçamentário, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

I – Pela prestação de serviços o **CONTRATANTE** pagará ao (a) **CONTRATADO (A)** o valor total de R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos reais), dividido em 11 (onze)



II- A cada pagamento a ser efetuado pelo Instituto, ao (a) **CONTRATADO (A)** e deverá comprovar sua regularidade fiscal. Tal comprovação será objeto de confirmação **ON-LINE**, via terminal, sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema.

III- Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do INPC;

IV - Nenhum pagamento será efetuado ao (a) **CONTRATADO (A)** enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);

V - O pagamento será via ordem bancária, creditado na instituição bancária eleita pelo (a) **CONTRATADO (A)**, que deverá indicar na nota fiscal o banco, nº. da conta corrente e agência com a qual opera. O **CONTRATANTE** não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

VI - Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do (a) **CONTRATADO (A)** e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão na conta da dotação orçamentária vigente sob nº. **1134.09.122.6032.2141.(14/2018).3390.39 (103) - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica segundo o Plano de Classificação Funcional.**

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

I – Pagar o valor pactuado neste contrato;

II – Acompanhar e fiscalizar os serviços oferecidos, por intermédio de servidor designado;

III – Rejeitar qualquer serviço equivocadamente ou em desacordo com o estabelecido no contrato.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A).

I – O (A) **CONTRATADO (A)** obriga-se prestar serviços de boa qualidade, nos padrões exigidos pelo órgão de defesa do consumidor dentro do prazo requerido pelo Instituto;

II – Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da **CONTRATANTE**;

III – Não delegar ou transferir a execução do contrato a terceiros, sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;



IV – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

V – O (A) **CONTRATADO (A)** fica obrigado a aceitar as mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações;

VI – A cada pagamento a ser efetuado pelo Instituto, ao (a) **CONTRATADO (A)** e deverá comprovar sua regularidade fiscal. Tal comprovação será objeto de confirmação **ON-LINE**, via terminal, sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema.

VII – A locação de software e a prestação de serviços deverá ser prestada de acordo com o padrão de qualidade conforme exigência do Instituto.

VIII – A locação de software e a prestação de serviço deste Termo de Referência deverá ser prestado, todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, ressalvados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pelo IPARV.

IX – O prazo para A locação de software e a prestação de serviços estarem completamente implantados e em operação será de 05 (cinco) dias corridos após a entrega da ordem de serviço.

X – O (a) **CONTRATADO (A)** deverá indicar um empregado responsável, preposto, pela execução do contrato.

XI – O (a) **CONTRATADO (A)** deverá prestar serviço de suporte técnico presencial em operação de rede e equipamentos.

XII – Garantir todos os serviços adquiridos no Contrato.

XIII – Entregar os serviços em pleno funcionamento.

XIV – Atender prontamente às solicitações do (a) **CONTRATANTE**, corrigindo, no prazo máximo de 08 (oito) horas, após ser notificado, qualquer tipo de ocorrência que cause a interrupção total na prestação dos serviços ou degradação na qualidade que impeça sua utilização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO.

Qualquer uma das partes poderá rescindir o presente contrato:

I – Pela inadimplência contratual, obrigando-se à parte infratora ao pagamento de multa estimada em 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para qualquer das partes que deixar de cumprir a presente avença;



II – Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste instrumento sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;

III – Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações deste contrato;

IV – Desatender às determinações do servidor do **CONTRATANTE**, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

V – Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;

VI – For objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique a execução do contrato;

VII – Por mútuo consentimento e mediante manifestação da parte interessada e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

VIII – E demais motivos de rescisão prevista nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

Caso o (a) **CONTRATADO (A)** não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, o presente contrato, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração do IPARV:

I - Advertência por escrito.

II - Multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato pelo atraso da entrega dos serviços, até o limite de 20 (vinte) dias, o que ensejará a rescisão do contrato.

III - Multa de 2% (dois por cento) do valor anual do contrato caso o (a) **CONTRATADO (A)** não cumpra com as obrigações assumidas, salvo por motivo de força maior reconhecida pela Administração do IPARV.

IV- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: As multas referidas nesta cláusula poderão ser descontadas no pagamento ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS.

I – Nos casos omissos, serão aplicadas às regras da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, os Princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as Disposições do Direito Privado;

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS.


I – Nos casos omissos, serão aplicadas às regras da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, os Princípios do Direito Administrativo e Constitucional e os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as Disposições do Direito Privado;

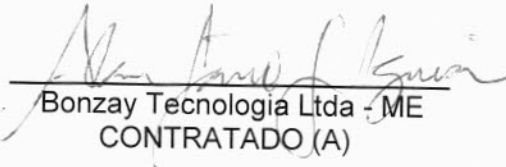
II – Em caso algum o **CONTRATANTE** pagará indenização ao (a) **CONTRATADO (A)** por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre as mesmas e seus empregados, prepostos ou terceiros;

III – Para dirimir algum litígio, que porventura, venham surgir no decorrer da execução do presente instrumento, eleger-se-á o foro da Comarca de Rio Verde, desistindo-se de qualquer outro por mais especial e privilegiado que seja.

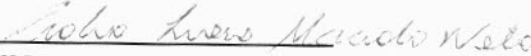
E para firmeza e como prova de assim estarem ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes assinam este contrato em 02 (duas) via juntamente com 02 (duas) testemunhas para que produza seus efeitos legais.


Rio Verde-GO, 01 de fevereiro de 2018.


Alexandre Silva Macedo
Presidente do IPARV


Bonzay Tecnologia Ltda - ME
CONTRATADO (A)

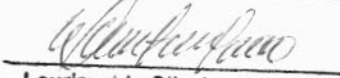
TESTEMUNHAS:

1º 
Nome:
CPF: 000.753.121-11

2º 
Nome:
CPF: 409552.901.63

Documento: contrato
Publicado no Placar de Instituto de
Previdência e Assistência dos Servidores do
Município de Rio Verde-IPARV.

Em: 12/03/2018


Lourivaldo Oliveira Montalvão
Presidente da CPL